tigo 82.º da Lei n.º 2 049, de 6 de Agosto de 1951, sejam aumentados com um lugar de escriturário o quadro do pessoal auxiliar do 2.º cartório notarial do Porto e com um lugar de copista o quadro do pessoal auxiliar dos serviços anexados de registo civil e notariado de Campo Maior.

Ministério da Justiça, 25 de Março de 1954.— O Ministro da Justiça, *Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira*.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

Direcção-Geral de Administração Política e Civil

Portaria n.º 14 800

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, nos termos do n.º III da base LXXXVIII da Lei Orgânica do Ultramar Português, que se publicam no *Boletim Oficial* das províncias ultramarinas, para nelas ter execução, o Decreto n.º 15 827, de 31 de Julho de 1928, e os estatutos da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, insertos no *Diário do Governo* n.º 211, 1.ª série, de 13 de Setembro de 1928, que aquele decreto aprovou.

Ministério do Ultramar, 25 de Março de 1954.— O Ministro do Ultramar, *Manuel Maria Sarmiento Rodrigues*.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* de todas as províncias ultramarinas.— *M. M. Sarmiento Rodrigues*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Gabinete do Ministro

Portaria n.º 14 801

Tornando-se necessário actualizar as Portarias n.ºs 11 645, de 24 de Dezembro de 1946, e 13 553, de 4 de Junho de 1951, de acordo com a nova pauta de importação, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 37 977, de 21 de Setembro de 1950, e com o Decreto-Lei n.º 38 786, de 18 de Junho de 1952: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Economia, com fundamento no n.º 8.º do artigo 5.º e artigo 16.º do Decreto n.º 30 021, de 3 de Novembro de 1939, e no artigo 20.º do Decreto n.º 30 270, de 12 de Janeiro de 1940:

1.º É isento da percentagem a que se refere a alínea b) da Portaria n.º 13 553, de 4 de Junho de 1951, o óleo de linhaça estandolizado ou fervido, classificado pelo artigo 390-A da pauta de importação;

2.º Ficam sujeitos, nos termos do artigo 17.º do Decreto n.º 30 021, de 3 de Novembro de 1939, ao pagamento da taxa de \$15 por quilograma, quando provenientes das províncias ultramarinas, e \$30 por quilograma, quando provenientes do estrangeiro, o óleo de linhaça cru, fervido ou estandolizado, óleo de madeira da China, óleo de oiticica, óleos gordos não especificados, óleos hydrogenados e sebos importados, pelos artigos 95, 390-A, 95-A, 95-B, 98, 33 e 634 e 33 e 632 da pauta;

3.º Fica revogada a alínea c) do n.º 1.º da Portaria n.º 11 645, de 24 de Dezembro de 1946.

Ministério da Economia, 25 de Março de 1954.— O Ministro da Economia, *Ulisses Cruz de Aguiar Cortês*.